



Porque não temos um Syriza? A culpa pode ser do mau trabalho de PS e PSD

Alexandre Afonso, professor de Políticas Públicas na Holanda, explica o porque não surgiu nenhum “fenómeno de esquerda” em Portugal

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

É irónico, mas será uma das razões para a inexistência de um Syriza ou Podemos português. O mau comportamento da economia portuguesa no início do século XXI, resultado de 30 anos de poder alternado entre PS e PSD, terá desempenhado um papel fundamental na inexistência de partidos de protesto a roubar grandes fatias do eleitorado ao “bloco central”, como se verificou em Atenas ou Madrid, por exemplo.

A inexistência de um Syriza ou Podemos em Portugal foi a questão a que Alexandre Afonso, pro-

fessor de Políticas Públicas na Universidade de Leiden (Holanda) tentou responder num artigo publicado no blogue da London School of Economics (LSE). O também investigador nas áreas de mercado laboral e das reformas da austeridade identifica “várias razões possíveis para explicar o porquê de Portugal não ter registado a viragem à esquerda” como a que se assistiu em Espanha ou na Grécia.

ESTAGNADOS As razões identificadas por Alexandre Afonso são algumas, a começar então pela economia. “A primeira está na trajectória económica: um boom

Espanha e Grécia viveram anos de boom pré-crise. Já Portugal vivia em crise antes da crise

A saída do PS do governo quando chegou a troika pode ter contido fuga de eleitores

no período pré-crise permitiu aos partidos do poder na Grécia e em Espanha apostar em estratégias clientelísticas. Em contraste, Portugal viveu um longo período de estagnação desde que entrou na zona euro”, refere no artigo na LSE. Como os portugueses já viviam em crise antes da crise da dívida, “a mudança não foi súbita”, até porque “a austeridade já tinha começado antes”. Ao i, o investigador recorda os números da OCDE para o PIB de cada um dos três países: entre 1999 e 2008, as economias espanhola e grega cresceram mais do dobro que a portuguesa.

“Em Portugal, a crise não foi um choque tão súbito como na Grécia ou Espanha, porque a década de 2000 foi essencialmente

um longo período de estagnação, com défices crónicos e já com políticas de redução da despesa”, detalhou em entrevista ao i (ver pág. 14). “A crise foi de certeza um choque, mas foi de ‘mau’ para ‘muito mau’. Em Espanha e na Grécia, o pré-crise foi de taxas altas de crescimento e de aumento da despesa, com juros baixos”, prossegue, rematando: “Nesse sentido, a crise nesses países transformou uma situação de euforia em catástrofe.” O trauma foi maior, logo a reacção também.

No artigo da LSE, o autor salienta que no actual contexto, “o que realmente destaca Portugal é a habilidade dos partidos do centro de reter níveis relativos de apoio eleitoral, contendo a eventual subida da esquerda que observamos noutros países”. As alternativas existentes, diz, não têm ganho com a crise. Já em Atenas e Madrid, tanto o Syriza como o Podemos conseguiram capitalizar a impopularidade da austeridade, tornando-se sérios concorrentes “aos partidos tradicionais do centro-esquerda, que tiveram enormes dificuldades em conciliar os seus ideais com a austeridade promovida pela UE”, aponta, recordando que o PASOK quase desapareceu.

CULPA DO PS E A FORÇA DO PC Outra razão que Alexandre Afonso aponta para a inexistência de um “fenómeno Syriza” em Portugal está na falta de deterioração do Partido Socialista: “Em contraste com o PASOK, que implementou duras medidas de austeridade em coligação com a Nova Democracia, os socialistas portugueses conseguiram evitar as culpas ao deixar o poder quando o país foi resgatado. A mudança na liderança também tornou possível ao partido desligar-se da ante-

Fracasso do Syriza não significa o fim do protesto dos eleitores

YORGOS KARAHALIS/AP

Sondagens dão ligeira vantagem a Tsipras mas há muitos indecisos

No último discurso, Tsipras pede que “não virem as costas”

rior governação [de Sócrates]”, considera.

E se o PS conseguiu conter a fuga de eleitores ao não fazer parte do executivo que implementou as medidas, também a força do PCP reduziu o espaço para um Syriza português. “A terceira razão está no curto espaço político que o PCP deixa para um novo challenger de esquerda. Apesar do tamanho modesto e do discurso de velha guarda, é um partido bem organizado e que conta com um eleitorado fiel, o que torna difícil que surjam novas forças mobilizadoras do mesmo campo”, refere o professor.

DESINTERESSE No artigo para a LSE, outro ponto focado por Alexandre Afonso é a falta de interesse da população pelos temas políticos. “Um factor crucial para a ausência de um surto populista em Portugal é o baixo grau de politização dos eleitores”, diz. Para reforçar a ideia, cita os inquéritos da “European Social Survey”, que apontam para uma taxa de 40% de portugueses completamente desinteressados da política, contra menos de 30% em Espanha e menos de 20% em Itália – sem dados para a Grécia.

“Hipoteticamente podemos dizer que eleitores insatisfeitos mas politizados escolhem partidos de protesto (ter voz), enquanto eleitores insatisfeitos mas apáticos optam pela abstenção (afastamento). Considerando os níveis de abstenção, terá sido esta segunda que singularizou Portugal”, afirma Ale-
greos devem escolher partidos “que rejeitam” o novo resgate, já que este “é totalmente insustentável e, pior, retira a qualquer governo grego, por muito que o não queira, as ferramentas para lutar contra a oligarquia e a crise auto-alimentada”.

Já sobre se a mudança de postura do Syriza representa o fim dos “fenómenos” de esquerda na Europa ou se as eleições ainda contam para alguma coisa, isso são respostas que encontrará na entrevista da página 14.

xandre Afonso.

pediu aos gregos “que não voltem as costas” e lutem em conjunto com o Syriza contra “um rumo político que já leva 40 anos a contrair dívidas para os cidadãos gregos”. Um detalhe: pela afluência, é evidente que vão bem longe os dias em que o Syriza enchia a praça. *F.P.C.*

A large, close-up portrait of Matt Damon's face, looking directly at the viewer with a serious expression. The background is the reddish-orange landscape of Mars, with rocky terrain and a hazy atmosphere. In the distance, a small figure of an astronaut in a spacesuit walks across the surface. The overall color palette is warm and orange-toned.

“O euro não convém ao sul da UE e à Alemanha ao mesmo tempo”

Alexandre Afonso, em entrevista, fala dos extremismos na UE, de um euro incompatível consigo próprio e de como as eleições deixaram de contar para a política económica

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

Alexandre Afonso, professor de Políticas Públicas na Universidade de Leiden, duvida que o fracasso do Syriza represente o fim de uma esquerda mais radical, já que o radicalismo dos eleitores deve sobreviver às pressões europeias pois já perceberam que deixaram de ter voz sobre as políticas económicas do próprio país, que já não dependem de eleições. Apesar dos custos, assegura que Atenas e Lisboa teriam mais opções fora do euro e alerta que a austeridade fez pouco em relação aos verdadeiros problemas dos países. Começemos pela falta de um Syriza português.

Entre as razões que aponta para a inexistência de um Syriza ou Podemos português está a estagnação que Portugal viveu desde o euro e o que aconteceu em Espanha e Grécia, que viveram anos de boom. Entrámos nesta crise já sem capacidade de reagir?

Em Portugal, a crise não foi um choque tão súbito como na Grécia ou Espanha,

porque a década de 2000 foi essencialmente um longo período de estagnação, com défices crónicos e já com políticas de redução da despesa nos governos Sócrates. A crise foi de certeza um choque, mas foi de mau para muito mau. Em Espanha e na Grécia, o período foi de taxas altas de crescimento e de aumento da despesa, aproveitando taxas de juros baixas. Nesse sentido, a crise nesses países transformou uma situação de euforia em catástrofe, e as elites desses países foram castigadas também de maneira mais brutal.

Podemos culpar a estagnação também pela desmotivação dos eleitores?

O baixo interesse político dos portugueses tem um papel importante, mesmo sendo difícil determinar o sentido da relação: não se sabe se a ausência de um Syriza é devido ao pouco interesse dos portugueses ou se o pouco interesse é devido à ausência de challengers. Mas há vários estudos, por exemplo de Pedro Magalhães, que mostram que os baixos níveis de interesse político já existiam antes da crise. É algo que pode ter a ver com baixos níveis de qualificação, com as estratégias dos partidos desde o 25 de Abril, já que, à exceção do PCP, nenhum investiu em construir aparelhos de mobilização.

Se a estagnação pós-euro evitou uma maior deterioração eleitoral de PSD e PS e empurrou muitos para a abstenção, então foi o melhor que podia ter acontecido a estes partidos?

De certa maneira, sim, no sentido que a abstenção não é contabilizada apesar de ser o maior partido em várias democracias europeias. Mas a sobrevivência dos partidos do centro também pode ter a ver com a incapacidade de a esquerda mais radical mobilizar quem não vota. O problema pode não ser só de “procura”, dos eleitores, mas também da “oferta”, das elites. A transição democrática e o fracasso das tentativas de políticas socialistas do fim dos anos 1970 também podem ter inibido o potencial dos partidos mais à esquerda.

Aponta o peso do PCP como outro travão a eventuais novas alternativas, isto apesar da multiplicação de partidos de esquerda. Porque é tão difícil para a esquerda unir-se?



ALEJANDRO GARCIA/EPA

Pablo Iglesias, do Podemos, perdeu fulgor e sondagens já dão menos de 17%

De facto é uma característica de um grande número de partidos nos extremos (esquerda ou direita) de enfrentar cisões e conflitos internos. É talvez mais fácil para partidos do centro, porque são estruturados essencialmente para conquistar o poder dando um papel menor às ideologias, enquanto partidos mais à esquerda ou à direita são por definição mais ideológicos, com mais riscos de conflito.

A vitória do Syriza em Janeiro criou o receio de que emergisse uma vaga de esquerda a tomar conta dos países europeus. O Syriza acabou por encostar ao centro – ou ser encostado. Será que o Syriza que criou a ideia de vaga radical foi o mesmo que acabou com a vaga?

Não tenho a certeza de que o fracasso do Syriza em aplicar o seu programa por causa das pressões da UE signifique o fim desse tipo de radicalismo por parte dos votantes. O que o encosto do Syriza ao centro significa na Europa é que o resultado de eleições não faz diferença para as políticas económicas: se os eleitores votam branco, preto ou azul, recebem as mesmas políticas, decididas não por nacionais, mas pela troika ou Wolfgang Schäuble. Duvido muito que os votantes se tornem mais centristas e aceitem a situação. Ou isto vai traduzir-se em mais desafectação ou em mais apoio para forças ainda mais radicais.

Há que ter em conta as vagas de direita extremista, que aparecam estar em crescendo. Além de FN e UKIP, falo do PVV (Holanda), SD (Suécia) ou DPP (Dinamarca). Há no horizonte uma UE

“Eleições não fazem diferença para políticas económicas: votem branco ou azul, recebem as mesmas políticas”

“Há uma tendência para o desenvolvimento de um radicalismo de esquerda no sul da Europa e de direita no norte”

mais próxima da extrema-direita?

Há uma tendência para o desenvolvimento de um radicalismo de esquerda no sul da Europa e de direita no norte, mas é difícil dizer que há uma tendência contínua para o fortalecimento desses partidos. De facto, a “força” desses partidos sempre foi bastante frágil porque depende do carisma do líder: quando ele desaparece, os partidos vão abaixo. Também têm problemas em encontrar pessoal político competente para governar, e as experiências desses partidos no governo (o PVV na Holanda, o FPÖ na Áustria) foram seguidas de fracassos eleitorais. Isso constitui um obstáculo importante para esses partidos se tornarem forças que consigam substituir os partidos tradicionais.

Em relação à austeridade de Grécia ou Portugal, que avaliação faz da mesma, sobretudo no que toca ao mercado laboral, negociação colectiva ou salários?

No contexto do euro, em que não há possibilidade de desvalorizar a moeda, a desvalorização interna (baixar os salários e preços) apareceu como a única maneira de ajustar a economia. Em termos de desvalorização, as reformas nesses países resultaram em níveis importantes de ajustamento, mesmo que a retoma tenha sido mais lenta e tímida que aquilo que as troikas e os governos tinham previsto.

Mas há dois problemas: o primeiro é que o euro não convém a economias como as do sul da Europa e à Alemanha ao mesmo tempo. Quando algumas beneficiam, as outras perdem e vice-versa, sendo certo que sair teria um custo político e económico importante, Portugal ou Grécia fora do euro teriam mais opções que dentro. É por isso que todos os países europeus deixaram o padrão-ouro na grande depressão dos anos 1930. O outro problema é que as políticas de austeridade fizeram muito pouco para resolver o grande problema de economias como Portugal: um nível de produtividade muito baixo devido a um nível de qualificação baixo e pouca disponibilidade de capital. Podem baixar salários, mas se as estruturas económicas de baixa qualificação, baixos salários e baixo valor adicionado são as mesmas, é difícil imaginar o que Portugal poderia exportar que a China ou o Leste não possam e ainda mais barato.



BI

NOME Alexandre Afonso

NASCIMENTO
22 Fevereiro 1981 em Lausanne, Suíça

CARGO Professor de Políticas Públicas na Universidade de Leiden (Holanda)

INVESTIGAÇÃO
Reformas e migrações laborais, concertação social e austeridade